

BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 07.628.528/0001-59

NIRE 35.300.326.237

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019

Data, hora e local: A reunião foi realizada no dia **23 de outubro de 2019**, às **14hrs00min**, na sede social da *BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas* (“Companhia”), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.309, 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Convocação e Presença: Tendo sido todos os membros do Conselho de Administração regularmente convocados nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, instalou-se a reunião com a presença dos Conselheiros que esta ata subscrevem. Fica consignada a participação de Conselheiros via conferência telefônica e vídeo conferência, respectivamente, conforme facultado no artigo 20, *caput*, do Estatuto Social.

Mesa: Presidente: Eduardo S. Elsztain; e Secretário: André Guillaumon.

Ordem do dia: Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) aprovação da celebração de Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel Rural a ser firmado entre Imobiliária Mogno Ltda., como vendedora, Eurides Baraldo, Valdecir Baraldo e Claudemir Baraldo, como compradores, e a Companhia, na qualidade de interveniente anuente, objetivando a alienação da área total de 85 ha (oitenta e cinco hectares) da Fazenda Alto Taquari, conforme melhor descrito abaixo; (ii) a (re)eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (iii) a (re)eleição dos membros da Diretoria da Companhia; (iv) a eleição, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social, dos membros do Comitê de Remuneração da Companhia; (v) a eleição, nos termos do artigo 24 do Estatuto Social, dos membros do Comitê Executivo da Companhia; (vi) a ratificação da autorização do Conselho de Administração deliberada em reunião realizada em 06/11/2017, para a outorga, pela Diretoria, de procurações em nome da Companhia; (vii) a renovação de aprovação, deliberada em reunião do Conselho de Administração realizada em 29/08/2017, para a outorga de procurações, em nome da Companhia, para Mariana Fonseca de Souza Rezende Bresciani; (viii) a ratificação da deliberação já tomada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 05/04/2018 acerca da autorização da Companhia e suas subsidiárias para (a) tomar empréstimos e financiamentos com instituições financeiras devidamente habilitadas pelo Banco Central do Brasil, podendo o valor em aberto do principal de tais empréstimos e financiamentos atingir até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); e (b) prestar garantias e contratar garantias com instituições financeiras devidamente habilitadas pelo Banco Central do Brasil até o limite agregado de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); e, (ix) a repactuação do fluxo de pagamento dos recebíveis do Contrato de Fornecimento de Cana-de-Açúcar da Agro Serra.

Deliberações: Dando início aos trabalhos, os membros do Conselho de Administração examinaram os itens constantes da ordem do dia e tomara, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, as seguintes deliberações:

1. Aprovar a celebração de Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel Rural a ser firmado entre Imobiliária Mogno Ltda, na qualidade de vendedora, Euridse Baraldo, Valdecir Baraldo e Claudemir Baraldo, na

qualidade de compradores, e a Companhia, como Interveniente Anuente, objetivando a alienação da área total de 85 ha (oitenta e cinco hectares) da Fazenda Alto Taquari, sendo 65 ha (sessenta e cinco hectares) objeto da matrícula 2.830 do Registro de Imóveis de Alto Taquari/MT e 20 ha (vinte hectares) da matrícula 2.192 do Registro de Imóveis de Araputanga/MT, pelo preço total equivalente em moeda corrente nacional a 71.500 sacas de soja, em 5 (cinco) parcelas anuais, sendo a primeira no ato da assinatura do contrato e as seguintes em 30 de abril de 2020, 2021, 2022 e 2023, respectivamente; sendo a posse transmitida mediante o recebimento da primeira parcela do preço total de aquisição e a Escritura Pública de Venda e Compra lavrada após o pagamento da quinta e última parcela do preço total de aquisição.

2. Reeleger, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social, o Sr. **Eduardo S. Elsztain** ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia e o Sr. **Alejandro G. Elsztain** ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido ambos reeleitos para um novo mandato de 2 (dois) anos como membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 16/10/2019.

3. Reeleger, nos termos do artigo 25 do Estatuto Social, os atuais membros da Diretoria da Companhia, com mandato de 1 (um) ano contado da presente data até primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a se encerrar em 30 de junho de 2020 ou até que sejam destituídos ou substituídos pelo Conselho de Administração, a saber: (i) Sr. **André Guillaumon**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG. n° M-7224381 SSP/MG e inscrito no CPF sob o n° 002.728.986-94, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.309, 5° andar, para os cargos cumulativos de Diretor Presidente e de Operações; e (ii) Sr. **Gustavo Javier Lopez**, argentino, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RNE n° V479354-9 e inscrito no CPF sob o n.º 232.169.968-08, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.309, 5° andar, para os cargos cumulativos de Diretor Administrativo e de Relações com Investidores.

3.1. Sem prejuízo do acima exposto, fica consignado que os Diretores ora eleitos permanecerão em seus cargos até a efetiva posse de seus substitutos (seu respectivo prazo de mandato sendo estendido até esta data), salvo se diversamente deliberado em sede de Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

3.2. Os Diretores ora eleitos atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e no Artigo 3º da Instrução CVM 367/02 e demais exigências legais aplicáveis, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia.

3.3. Ratificar a nomeação do Sr. Gustavo Javier Lopez como pessoa física responsável pela Companhia junto à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, o qual exercerá tal função cumulativamente com as demais atribuições de Diretor Administrativo e Diretor de Relações com Investidores.

4. Reeleger, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social, como membros efetivos do Comitê de Remuneração da Companhia, os seguintes Conselheiros de Administração: (i) **Alejandro G. Elsztain**; (ii) **Isaac Selim Sutton**; e (iii) **Saúl Zang**, todos com mandatos unificados com seus respectivos mandatos de 2 (dois) anos como membros do Conselho de Administração, que se encerrarão na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a se encerrar em 30 de junho de 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 16/10/2019.

5. Reeleger, nos termos do artigo 24 do Estatuto Social, para compor o Comitê Executivo da Companhia, os seguintes membros do Conselho de Administração: **(i) Eduardo S. Elsztain**; **(ii) Alejandro G. Elsztain**; e **(iii) Saúl Zang**, todos com mandatos unificados com seus respectivos mandatos de 2 (dois) anos como membros do Conselho de Administração, que se encerrarão na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a se encerrar em 30 de junho de 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 16/10/2019.

6. Ratificar autorização, deliberada por este Conselho de Administração em reunião realizada no dia 06/11/2017, para os fins do disposto nos Artigos 21, XXVII, e 28, §4º, (b), do Estatuto Social, para a outorga de procurações em nome da Companhia, sejam públicas ou privadas, pelo Diretor Presidente, ou seu substituto, em conjunto com qualquer outro Diretor, para os fins de representação da Companhia na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, inclusive autoridades, repartições públicas, autarquias e sociedades de economia mista, federais, estaduais ou municipais, em qualquer de seus departamentos e divisões, na prática de atos de rotina e todo e qualquer ato administrativo da Companhia, inclusive, mas não limitado a, atos praticados em atendimento às obrigações, procedimentos e processos cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais, imobiliários, agrários, societários, regulatórios e criminais; sendo certo que as procurações deverão, nos termos do Estatuto Social da Companhia, especificar a extensão dos poderes outorgados, bem como o prazo do mandato, salvo quando se tratar de instrumento de mandato *ad judícia*, que poderá ter prazo indeterminado.

7. Renovar a aprovação deliberada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 29/08/2017, por um novo prazo de dois anos contados desta data, para a outorga de procurações, públicas ou privadas, em nome da Companhia, para **Mariana Fonseca de Souza Rezende Bresciani**, inscrita no CPF sob nº 280.813.818-05, conferindo-lhe amplos poderes para, sempre em conjunto com qualquer outro Diretor da Companhia, representar a Companhia na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, inclusive autoridades, instituições financeiras, repartições públicas, autarquias e sociedades de economia mista, federais, estaduais ou municipais, em qualquer de seus departamentos e divisões, na prática de todo e qualquer ato e na assinatura de todos e quaisquer contratos, escrituras públicas e/ou documentos necessários e/ou de gestão e administração da Companhia, bem como na prática de atos de rotina e todo e qualquer ato administrativo da Companhia, inclusive, mas não limitado a, atos praticados em atendimento às obrigações, procedimentos e processos cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais, imobiliários, agrários, societários, regulatórios e criminais; sendo certo que as referidas procurações deverão, nos termos do Estatuto Social da Companhia, especificar a extensão dos poderes outorgados, bem como o prazo do mandato, salvo quando se tratar de instrumento de mandato *ad judícia*, que poderá ter prazo indeterminado.

8. Ratificar a aprovação, já concedida na reunião deste Conselho aos 05/04/2018, para a Companhia e suas subsidiárias a **(a)** tomar empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); e **(b)** prestar garantias e a contratar garantias com instituições financeiras até o limite agregado de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), desde que tais garantias se prestem a dar cobertura às obrigações assumidas pela Companhia ou suas subsidiárias sob os contratos de empréstimos ou de financiamentos firmados nos termos do item (a) da presente deliberação.

9. Aprovar a repactuação do fluxo de pagamento dos recebíveis do Contrato de Fornecimento de Cana-de-Açúcar da Agro Serra referente ao mês de novembro de 2019, de modo a prever a possibilidade de a Agro Serra reter o pagamento

de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) da BrasilAgro, a serem pagos a partir de maio de 2020 em 24 parcelas, mensais, com a inclusão de um ágio de 10% (dez por cento) ao ano, a fim de viabilizar o cumprimento de obrigações recíprocas acordadas entre as partes.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a ata foi lavrada, aprovada e assinada pela totalidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião e pelo Presidente e Secretário da Mesa.

Assinaturas: Mesa: Eduardo S. Elsztain – -Presidente; André Guillaumon – Secretário. Conselheiros: Eduardo S. Elsztain; Alejandro G. Elsztain; Alejandro Gustavo Casaretto; Saúl Zang; Carlos María Blousson; Isaac Selim Sutton; João de Almeida Sampaio Filho; Bruno Magalhães e Camilo Marcantonio.

Certifico que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia

São Paulo, 23 de outubro de 2019.

André Guillaumon
Secretário

Diretores eleitos:

André Guillaumon
Diretor Presidente e de Operações

Gustavo Javier Lopez
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

TERMO DE POSSE

Eu, **André Guillaumon**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade R.G. nº M-7224381 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 002.728.986-94, residente na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.309, 5º andar, doravante denominado simplesmente “Declarante”, reeleito para os cargos cumulativos de Diretor Presidente e de Operações da **Brasilagro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas** (“Companhia”) pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de outubro de 2019, declaro aceitar minha reeleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo para o qual fui eleito, com mandato de 1 (um) ano contado da presente data até primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a se encerrar em 30 de junho de 2020, agindo sempre de acordo com a legislação aplicável e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, sob as penas da lei, **(i)** não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** não ter sido condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; **(iii)** atender aos requisitos previstos no §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; **(iv)** não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; **(v)** concordar em me submeter às disposições do Regulamento do Novo Mercado, em especial à cláusula compromissória de Arbitragem, consoante artigos 14, §1º, e 51 do Estatuto Social da Companhia; e **(vi)** que eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão serão recebidas no endereço acima indicado.

São Paulo, 24 de outubro de 2019.

André Guillaumon

TERMO DE POSSE

Eu, **Gustavo Javier Lopez**, argentino, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RNE nº V479354-9 e inscrito no CPF sob o nº 232.169.968-08, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.309, 5º andar, doravante denominado simplesmente “Declarante”, reeleito para os cargos cumulativos de Diretor Administrativo e de Relações com Investidores. da **Brasilagro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas** (“Companhia”) pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de outubro de 2019, declaro aceitar minha reeleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo para o qual fui eleito, com mandato de 1 (um) ano contado da presente data até primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a se encerrar em 30 de junho de 2020, agindo sempre de acordo com a legislação aplicável e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, sob as penas da lei, **(i)** não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** não ter sido condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; **(iii)** atender aos requisitos previstos no §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; **(iv)** não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; **(v)** concordar em me submeter às disposições do Regulamento do Novo Mercado, em especial à cláusula compromissória de Arbitragem, consoante artigos 14, §1º, e 51 do Estatuto Social da Companhia; e **(vi)** que eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão serão recebidas no endereço acima indicado.

São Paulo, 24 de outubro de 2019.

Gustavo Javier Lopez